CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de Capitalização para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A administração aguarda aprovação do órgão regulador para implementação da referida norma.

2.15 Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes e tributos diferidos, conforme CPC 32.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE	**1.105.778**	**(24.663)**	**1.081.115**
Créditos tributários e previdenciários	32.490	(24.663)	7.827
Outros	1.073.288	–	1.073.288
NÃO CIRCULANTE	**2.928.587**	**(34.932)**	**2.893.655**
Créditos tributários e previdenciários	34.932	(34.932)	–
Outros	2.893.655	–	2.893.655
TOTAL DO ATIVO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**
CIRCULANTE	**3.262.655**	**(24.663)**	**3.237.992**
Impostos e contribuições	63.392	(24.663)	38.729
Outros	3.199.263	–	3.199.263
NÃO CIRCULANTE	**347.620**	**(34.932)**	**312.688**
Tributos diferidos	66.278	(34.932)	31.346
Outros	281.342	–	281.342
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**424.090**	**–**	**424.090**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;
Nota 5 - Instrumentos financeiros; e
Nota 11 - Provisões judiciais

4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos S*olvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1 Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.1.1 Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	191.471	210.618	86.484	488.573
Ativos financeiros disponíveis para a venda	331.997	2.400.166	–	2.732.163
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	17.755	–	–	17.755
Total dos ativos financeiros	**541.223**	**2.610.784**	**86.484**	**3.238.491**
Passivos financeiros - capitalização	1.167.220	1.868.748	–	3.035.968
Passivos financeiros	100.599	4.267	–	104.866
Total dos passivos financeiros	**1.267.819**	**1.873.015**	**–**	**3.140.834**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.2.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

• Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 7.582 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

4.3 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem *Rating***	**Total**	**BB-**	**Sem *Rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**486.959**	**1.614**	**488.573**	**236.071**	**91.403**	**327.474**
Fundos de investimento	–	1.664	1.664	–	91.428	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.635	–	89.635
Notas do tesouro nacional	–	–	–	2.757	–	2.757
Operações compromissadas (*)	189.857	–	189.857	143.679	–	143.679
Outros	–	(50)	(50)	–	(25)	(25)
Disponíveis para venda	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	29.048	–	29.048
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Títulos e créditos a receber	**–**	**17.598**	**17.598**	**–**	**6.481**	**6.481**
Exposição máxima ao risco de crédito	**3.219.122**	**19.212**	**3.238.334**	**3.523.563**	**97.884**	**3.621.447**

(*) O lastro total é em título público federal.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021				
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimento não exclusivo	1.664	1.664	91.428	91.428	1.664	–	–	–	0,05%
Letras financeiras do tesouro	297.102	297.401	89.636	90.680	–	–	210.618	86.484	9,22%
Notas do tesouro nacional	–	–	2.756	2.759	–	–	–	–	0,00%
Operações compromissadas	189.857	189.857	143.679	143.679	–	189.857	–	–	5,89%
Outros valores	(50)	(50)	(25)	(25)	(50)	–	–	–	0,00%
Total	**488.573**	**488.872**	**327.474**	**328.521**	**1.614**	**189.857**	**210.618**	**86.484**	**15,17%**
Disponível para venda									
Letras financeiras do tesouro	–	–	29.048	29.052	–	–	–	–	0,00%
Letras do tesouro nacional	2.164.255	2.281.475	2.369.832	2.246.709	–	331.997	1.832.258	–	67,20%
Notas do tesouro nacional	567.908	587.246	794.228	751.652	–	–	567.908	–	17,63%
Total	**2.732.163**	**2.868.721**	**3.193.108**	**3.027.413**	**–**	**331.997**	**2.400.166**	**–**	**84,83%**
Mantidos até o vencimento									
Notas do tesouro nacional	–	–	94.384	94.346	–	–	–	–	0,00%
Total	**–**	**–**	**94.384**	**94.346**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: “Valor justo por meio do resultado” e “Disponível para venda” pelo “valor a mercado” e “Mantidos até o vencimento” pelo “Valor do Custo atualizado”.

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
Saldo inicial	**3.614.928**
Aplicações	3.183.686
Resgates	(3.542.526)
Rendimentos	266.901
Ajuste ao valor justo	(302.253)
Saldo final	**3.220.736**

5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
Valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Total	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Disponível para venda	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Fundos de investimento	1.664	–	1.664	91.428	–	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.637	–	89.637
Operações compromissadas	–	189.857	189.857	–	143.679	143.679
Outros	(50)	–	(50)	2.731	–	2.731
Total	**298.716**	**189.857**	**488.573**	**183.795**	**143.679**	**327.474**
Mantidos até o vencimento						
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Total	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Riscos, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

			Vencimento em 31/12/2021		
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	346	–	–	–
Valor justo	–	346	–	–	–
Resultado acumulado	(20)	36	(33)	50	(37)

5.5 Análise de sensibilidade

5.5.1 Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento, disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	***Value-at-Risk***	**DV-1**
Fundos	22	
LFT	11	(10.182)
Curva de juros Pré	7.550	(28.819)
Total	**7.582**	**(39.001)**

5.6 Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Letras do tesouro nacional	Pré 5,34% a 8,74%	Pré 2,38% a 8,74%
Notas do tesouro nacional	Pré 6,77% a 8,76%	Pré 6,77% a 13,75%
Notas do tesouro nacional	–	IPCA + 0,28% a 1,31% a.a

6. Títulos e créditos a receber

6.1 Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber - Seguradora	63	131
Créditos a receber - Diversos	16.702	8.172
Outros títulos e créditos a receber	833	971
Total	**17.598**	**9.274**

6.2 Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1 Composição dos créditos tributários e previdenciários

	31/12/2021						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	5.381	943	–	6.324
Adições temporárias	–	12.318	–	19.731	–	–	32.049
Tributos diferidos - TVM	–	20.484	–	34.140	–	–	54.624
Total dos créditos tributários	**–**	**32.802**	**–**	**59.252**	**943**	**–**	**92.997**

	31/12/2020						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	6.742	–	1.085	–	7.827
Total dos créditos tributários	**–**	**–**	**6.742**	**–**	**1.085**	**–**	**7.827**

continua